

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CIPEAD/UFPA**

JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE

**IMPORTÂNCIA DO LOCAL DE CRIME:
NA MODALIDADE EAD,
PARA OS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RN**

**NATAL
2011**

JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE

**IMPORTÂNCIA DO LOCAL DE CRIME:
NA MODALIDADE EAD,
PARA OS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RN**

Projeto apresentado para a avaliação final da disciplina de Metodologia da Pesquisa do Curso de Especialização em Educação a Distância da Universidade Federal do Paraná.

ORIENTADORA: Prof.^a Eleni Elizabeth
Gotrífid Perotti

NATAL

2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha esposa e filhos, pela paciência, compreensão, apoio e, especialmente pela riqueza de sentimentos que me fizeram conhecer, renunciando muitas vezes ao convívio familiar e dando oportunidade para o término desse trabalho. Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida.

A minha família, pela compreensão, carinho e amor.

Aos meus pais pela educação, dedicação e amor.

Aos meus irmãos e irmãs pelo companheirismo.

Aos meus amigos e colegas de sala de aula pelo conhecimento compartilhado.

Aos professores do curso, e a professora Eleni Elizabeth Gotrifid Perotti pela orientação para o desenvolvimento deste trabalho.

Local do crime constitui um livro extremamente frágil e delicado, cujas páginas por terem a consistência de poeira, desfazem-se, não raro, ao simples toque de mãos imprudentes, inábeis ou negligentes, perdendo-se desse modo para sempre, os dados preciosos que ocultavam à espera da argúcia dos peritos.

(Eraldo Rabello)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
1.1 LOCAL DO CRIME: Conceito	09
1.2 PERCURSO NA PRESERVAÇÃO DO LOCAL DO CRIME	10
1.3 LOCAIS DE CRIME IDÔNEOS E INIDÔNEOS	11
1.4 IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DOS VESTÍGIOS	12
2 - Ensino a Distância – COMO SURTIU	13
2.1- No mundo	13
2.2- No Brasil	14
3- ENSINO A DISTÂNCIA OU ENSINO PRESENCIAL?	16
4- A PROBLEMÁTICA DO ISOLAMENTO E DA PRESERVAÇÃO DO LOCAL DE CRIME..	19
5- PLANEJAMENTO DO CURSO	21
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	25

IMPORTÂNCIA DO LOCAL DE CRIME: NA MODALIDADE EAD, PARA OS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RN

José Roberto de Andrade*

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo mostrar a importância da preservação do local do crime para a efetivação da justiça na aplicação das sanções punitivas, através da persecução penal, tendo em vista o valor maior perseguido durante o processo criminal: a busca da verdade real, como também de preparar os policiais para isto utilizando a modalidade EaD (Ensino a Distância)

Palavras-chave: Preservação. Local do crime. Modalidade EaD

1. INTRODUÇÃO

Todos os dias diversos órgãos de segurança pública são acionados para o atendimento em locais de crime que requer a presença dos agentes de segurança e da perícia criminal, cada qual no desempenho de seu papel conforme a legislação em vigor.

Porém, há algum tempo, surgiu a preocupação sobre o problema da falta de uma cultura na preservação do local do crime por parte da sociedade, bem como pelos próprios integrantes dos organismos de segurança pública, ficando claro que a preservação do local da ocorrência deveria ser uma prioridade na dimensão da segurança pública e no controle da criminalidade, eis que, em muitos casos, torna-se determinante para a apuração da verdade real, durante o processo criminal.

Esse descuido com a correta preservação do local do crime também, de maneira geral, dar-se pela ausência de conhecimentos sobre as técnicas de isolamento do local do crime.

* Bacharelado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, Delegado de Polícia Civil do RN, lotado na Delegacia Especializada de Homicídios.

Por vezes, até mesmo os agentes estatais responsáveis, desde o início, por salvaguardar as evidências deixadas pela prática do delito, são quem as torna imprestáveis ao fim a que se destinavam.

Em que pese o Código de Processo Penal Brasileiro determinar que a autoridade policial, no caso o delegado de polícia, deve se fazer presente no local do delito e diligenciar para que os vestígios encontrados não sejam alterados até a chegada do perito criminal. Na prática o que se percebe é que, muitas vezes, os primeiros policiais a chegar não dispõem de conhecimentos acerca da conservação das evidências, imprescindíveis à elucidação do fato praticado.

Para difundir este conhecimento utilizaremos a modalidade de ensino a distância, tendo em vista que não teríamos condições de utilizarmos a modalidade presencial, devido a fatores econômicos para a instituição, com pagamento de professores e locais para instrução, e mesmo assim não atingiríamos o universo de alunos desejados. Outro fator a ser considerado é a folga, entre os serviços destes policiais que atualmente está em 48 (quarenta e oito) horas, e desta forma iríamos ter que sacrificá-los, com provável perda de rendimento no seu trabalho e como estamos a serviço de pessoas, as vidas humanas estão acima de qualquer erro.

Desta feita acreditamos que a modalidade a distância é a mais indicada, pois é mais democrática e atinge um universo muito grande, como também verificamos que os policiais ganhariam conhecimentos também na área de informática. Nesta modalidade temos a vantagem também de que os horários do curso ficarão a critério do aluno, e o local de curso poderá ser na sua própria residência ou até mesmo no seu trabalho, desde que organizem horários por semana, como também os profissionais desta área já estão acostumados a participarem em curso nesta modalidade e com certeza não encontrarão dificuldades para estudo. Acreditamos também que as dúvidas que irão aparecer serão sanadas por tutores que irão acompanhar as turmas, no período da realização deste curso.

1.1. LOCAL DO CRIME – Conceito

O lugar do crime pode ser conceituado como o espaço físico onde tenha ocorrido um delito ou onde se encontre qualquer vestígio relacionado com a preparação, execução ou consumação desse delito.

Eraldo Rabello (apud SÊMPPIO, 2003, p. 8), em seus ensinamentos, considera local do crime:

A porção do espaço compreendida num raio que, tendo por origem o ponto no qual é constatado o fato, se estenda de modo a abranger todos os lugares em que, aparente, necessária ou presumivelmente, hajam sido praticados, pelo criminoso, ou criminosos, os atos materiais, preliminares ou posteriores, à consumação do delito, e com este diretamente relacionados (1968, p. 51).

Como se pode notar, o que se entende por local do crime vai além do lugar onde houve a consumação do delito, considerando-se como tal os lugares direta ou indiretamente relacionados à prática criminosa, onde se pode encontrar indícios do delito.

Importante distinção deve ser feita entre o tratamento do local do crime e lugar do crime na legislação pátria. Não se deve confundir essas diversas expressões, quando empregadas em seu sentido técnico.

O Código Penal fala em lugar do crime quando quer se referir ao foro competente para julgar os crimes cometidos, considerando a teoria da ubiquidade. Reza o art. 6º, do CP: “Art. 6º - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde e produziu ou deveria produzir-se o resultado.”

Enquanto local do crime, como se aduziu supra, diz respeito ao cenário do delito cuja importância não se dirige à fixação da competência da Comarca em que o processo criminal irá se passar, mas sim na correta preservação dos vestígios da infração por parte das autoridades policiais.

Assim sendo, afasta-se da compreensão de local de crime aspectos relacionados ao foro competente, para entendê-lo como objeto de investigação,

onde se passou o crime ou ficaram registradas evidências do delito, de suma importância para os órgãos de Segurança Pública.

1.2. PERCURSO NA PRESERVAÇÃO DO LOCAL DO CRIME

Durante muito tempo o local da ocorrência de um delito, não obstante sua imensa importância para o desfecho bem-sucedido de uma investigação, não era visto como tal, sendo na maioria das vezes violado por terceiros curiosos ou até mesmo pelos próprios agentes policiais, que se dirigiam ao lugar onde acabara de ser praticada uma infração, sejam militares ou civis.

Embora no caso concreto esse panorama não pareça ter tido grande reviravolta, no ponto de vista normativo uma importante modificação no modelo de atuação dos agentes dos órgãos de Segurança Pública tem feito diferenças. Trata-se da inovação introduzida no art. 6º do Código de Processo Penal pela Lei nº 8.862, de 28 de março de 1994, determinando que autoridade policial, ao se dirigir ao local do crime, deve diligenciar para que não sejam alterados o estado e a conservação das coisas, até que lá cheguem os peritos criminais.

A Lei nº 8.862/1994 ao dar uma nova redação ao dispositivo, tornou tal diligência obrigatória, ao contrário da lei anterior que deixava à autoridade policial a decisão sobre a conveniência da medida, senão vejamos o art. 6º, I, do Código de Processo Penal com redação original, antes de 1994: “se possível e conveniente, dirigir-se ao local, providenciando para que se não alterem o estado e conservação das coisas, enquanto necessário”.

O comando trazido pela nova legislação, após 1994, se dirige a Autoridade Policial (Delegado de Polícia), determinando que este deve dirigir-se até o local de ocorrência de um fato criminoso, este dever é de obrigação. Sabemos também que à atuação da polícia militar, é muito importante no local de crime, pois, em regra, é quem chega primeiro, de modo que a falta de conhecimentos por partes dos agentes de segurança, quer policiais militares ou civis, quanto às normas de cuidado e de como preservar um local de crime não são mais aceitáveis.

É nessa esteira que o ensino a distância poderá contribuir, e muito, para propiciar aos agentes de segurança, conhecimento necessário para um correto isolamento e preservação deste local, que com isto poderá ser analisado pelos peritos criminais de forma a facilitar a leitura dos vestígios que serão apresentados nos seus laudos e transformados em indícios contribuindo para a conclusão da dinâmica do crime, onde é apresentada a materialidade e autoria criminal.

1.3- LOCAIS DE CRIME IDÔNEOS E INIDÔNEOS

A aptidão do vestígio para servir à produção de provas depende desde os policiais que se façam presentes naquele local do crime até ações diretas dos próprios peritos encarregados dos respectivos exames, seguindo-se dos demais procedimentos e exames complementares no interior dos institutos de Criminalística e de Medicina Legal.

Nesta esteira, percebe-se que a preservação do local do crime a ser feita pelos policiais, como um primeiro contato com as evidências da infração, é vital para o satisfatório desenvolvimento da investigação e apuração do fato criminoso pelas instituições responsáveis.

A idoneidade do local do crime para servir à realização de exame pericial e coleta de vestígios depende das atividades dos policiais que se deslocaram à cena da infração, e, por conseguinte, do grau de conhecimento daqueles acerca dos procedimentos de isolamento desta.

Como se consignou, fala-se em local do crime idôneo quando o trabalho realizado pelos primeiros policiais que chegaram a ele, como também pela autoridade policial responsável pela investigação, foi de excelência, facilitando a consecução do exame pericial a ser feito pelos peritos.

1.4- IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DOS VESTÍGIOS

Impera destacar que é possível se fazer uma correlação entre o enfoque dado ao local do crime e o combate à criminalidade, já que não se pode olvidar o caráter preventivo do desfecho positivo das investigações, a partir do descobrimento da autoria e materialidade delitivas, tornando possível a aplicação da lei penal aos infratores.

Diante do crescente número de delitos e de uma criminalidade cada vez mais organizada, a resposta estatal, fazendo valer os preceitos secundários das normas punitivas, é uma necessidade premente, mormente em cidades cada vez mais inchadas com o crescimento populacional desordenado, onde as mazelas sociais ajudam a incrementar a violência.

Não apenas fatores sociais são responsáveis pelo aumento da delinquência, o sentimento geral de impunidade também é fonte de retroalimentação do crime, pois o comando proibitivo expresso nos tipos penais não atinge o fim a que se dirige de coagir os indivíduos a não praticar os fatos neles expressos, se não há efetividade na aplicação das sanções.

Sobre o aspecto preventivo da punição através da aplicação de sanções previstas na legislação penal, vale acrescentar o ensinamento de Cezar Roberto Bitencourt (2006, p.127):

A principal finalidade, pois, a que deve dirigir-se a pena é a prevenção geral – em seus sentidos intimidatórios e limitadores –, sem deixar de lado as necessidades de prevenção especial, no tocante à ressocialização do delinquente.

Ora, se a aplicação da pena tem caráter preventivo e o processo penal necessita da produção de provas para a imposição de sanção, é evidente que a preservação do local do crime tem papel destacado nesse processo, pois a partir dele é que os peritos criminais irão realizar seus laudos e colher vestígios para a futura comprovação, através dos exames periciais, da autoria e existência de um crime.

Como se sabe, uma das causas de absolvição no processo penal é a falta de provas de materialidade e de autoria, ou somente indícios de autoria no caso de crime dolosos contra a vida – quando da análise da admissibilidade da acusação em sede de pronúncia.

Nesse aspecto, o isolamento do local de infração penal é uma garantia para a investigação como um todo, haja vista que a partir disso os peritos criminais terão muito mais elementos a analisar e carrear ao inquérito e, posteriormente, ao processo criminal, assegurando o êxito deste com a aplicação da pena aos culpados e absolvição dos inocentes.

Finalizo com um trecho do artigo escrito pelo perito Dwayne S. Hildebrand, da Scottsdale Police Crime Lab – “Onde quer que ele (autor) ande, o que que ele toque ou deixe, até mesmo inconscientemente, servirá como testemunho silencioso contra ele. Não impressões papilares e de calçados somente, mas, seus cabelos, as fibras das suas roupas, os vidros que ele quebre, as marcas de ferramentas que ele produza, o sangue ou sêmen que ele deposite. Todos estes e outros transformam-se em testemunhas contra ele. Isto porque evidências físicas não podem estar equivocadas, não perjuram contra si mesma”.

2. ENSINO A DISTÂNCIA – COMO SURTIU.

2.1 – No mundo^{1*}

O primeiro registro desta modalidade de ensino, surgiu em 1833, na Suécia, com um curso de Contabilidade, e na mesma época, fundou-se na Alemanha em 1856 o primeiro instituto de ensino de línguas por correspondência. O modelo de ensino foi iniciado na Inglaterra em 1840, e, em 1843 foi criada a Phonografic Corresponding Society. Já em 1962, a Universidade Aberta mantém um sistema de consultoria, auxiliando outras nações a implementar uma educação

^{1*} Disponível em:

<http://ensinoadistancia.wikidot.com/como-surgiu-onde-surgiu>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Educação_a_distância

a distância de qualidade. Também no século XIX, a EaD foi iniciada nos Estados Unidos da América na Illinois Weeleyan University.

Já no século XX, em 1974, a Universidade Aberta Allma Iqbal no Paquistão iniciou a formação de docentes via EaD. A partir de 1980, a Universidade Aberta de Sri Lanka passou a atender setores importantes para o desenvolvimento do país: profissões tecnológicas e formação docente. Na Tailândia, a Universidade Aberta Sukhothai Thonmathirat tem cerca de 400 mil estudantes em diferentes setores e modalidades.

Criada em 1984, a Universidade de Terbuka na Indonésia surgiu para atender forte demanda de estudos superiores, e prevê chegar a cinco milhões de estudantes. Já na Índia, criada em 1985, a Universidade Nacional Aberta Indira Gandhi tem objetivo de atender a demanda de ensino superior.

A Austrália é um dos países que mais investe em EaD, mas não tem nenhuma universidade especializada nesta modalidade. Nas universidades de Queensland, New England, Macquary, Murdoch e Deakin, a proporção de estudantes a distância é maior ou igual à de estudantes presenciais.

Na América Latina programas existentes incluem o Programa Universidade Aberta, inserido na Universidade Autônoma do México (criada em 1972), a Universidade Estatal a Distância da Costa Rica (de 1977), a Universidade Nacional Aberta da Venezuela (também de 1977) e a Universidade Estatal Aberta e a Distância da Colômbia (criada em 1983).

2.2 – No Brasil ^{2*}

Em 1904, escolas internacionais, que eram instituições privadas, ofereciam cursos pagos, por correspondência. Em 1934, Edgard Roquette-Pinto instalou a Rádio-Escola Municipal [†]no Rio de Janeiro no projeto para a então Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal dirigida por Anísio Teixeira integrando o

^{2*} Disponível em:

<http://www.unijui.edu.br/content/view/692/.../lang,iso-8859-1>

http://www.ipae.com.br/pub/pt/cme/cme_65/index.htm

rádio com o cinema educativo (Humberto Mauro) a biblioteca e o museu escolar numa pioneira proposta de educação à distância. Estudantes tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas. Utilizava também correspondência para contato com estudantes.

Em 1939 surgiu em São Paulo (cidade) o Instituto Monitor, na época ainda com o nome Instituto Rádio Técnico Monitor. Dois anos mais tarde surge a primeira Universidade do Ar, que durou até 1944. Entretanto, em 1947 surge a Nova Universidade do Ar, patrocinada pelo SENAC, SESC e emissoras associadas.

Durante a década de 1960, com o Movimento de Educação de Base (MEB), Igreja Católica e Governo Federal utilizavam um sistema radio-educativo: educação, conscientização, politização, educação sindicalista etc.. Em 1970 surge o Projeto Minerva, um convênio entre Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta para produção de textos e programas. Dois anos mais tarde, o Governo Federal enviou à Inglaterra um grupo de educadores, tendo à frente o conselheiro Newton Sucupira: o relatório final marcou uma posição reacionária às mudanças no sistema educacional brasileiro, colocando um grande obstáculo à implantação da Universidade Aberta e a Distância no Brasil.

Na década de 1970, a Fundação Roberto Marinho era um programa de educação supletiva a distância, para ensino fundamental e ensino médio. Entre as décadas de 1970 e 1980, fundações privadas e organizações não-governamentais iniciaram a oferta de cursos supletivos a distância, no modelo de teleducção, com aulas via satélite complementadas por kits de materiais impressos, demarcando a chegada da segunda geração de EaD no país. A maior parte das Instituições de Ensino Superior brasileiras mobilizou-se para a EaD com o uso de novas tecnologias da comunicação e da informação somente na década de 1990. Em 1992, foi criada a Universidade Aberta de Brasília (Lei 403/92), podendo atingir três campos distintos: a ampliação do conhecimento cultural com a organização de cursos específicos de acesso a todos, a educação continuada, reciclagem profissional às diversas categorias de trabalhadores e àqueles que já passaram pela universidade; e o ensino superior, englobando tanto a graduação como a pós-graduação. Em 1994, teve início a expansão da Internet no ambiente universitário.

Dois anos depois, surgiu a primeira legislação específica para educação a distância no ensino superior. As bases legais para essa modalidade foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamentada pelo decreto nº5.622 de 20 de dezembro de 2005, que revogou os decretos nº2.494 de 10/02/98, e nº2.561 de 27/04/98, com normatização definida na Portaria Ministerial nº4.361 de 2004. No decreto nº5.622 dita que, ficam obrigatórios os momentos presenciais para avaliação, estágios, defesas de trabalhos e conclusão de curso. Classifica os níveis de modalidades educacionais em educação básica, de jovens e adultos, especial, profissional e superior; Os cursos deverão ter a mesma duração definida para os cursos na modalidade presencial; Os cursos poderão aceitar transferência e aproveitar estudos realizados em cursos presenciais, da mesma forma que cursos presenciais poderão aproveitar estudos realizados em cursos à distância. Regulariza o credenciamento de instituições para oferta de cursos e programas na modalidade à distância (básica, de jovens e adultos, especial, profissional e superior).

Em Maio de 2009, a ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância organizou o 7º SENAED - Seminário Nacional ABED de Educação a Distância totalmente online, envolvendo nas atividades palestrantes do Brasil, Portugal e outros países de língua portuguesa.

3. ENSINO A DISTÂNCIA OU ENSINO PRESENCIAL?^{3*§}

Comparando a EaD com o Ensino presencial é possível verificar que ambas modalidades de ensino possuem as suas particularidades, não dá para dizer que uma supera a outra, pois vai depender da necessidade do aluno, o momento pelo qual esta passando, se precisa de um tempo mais flexível, autonomia, ou se sua característica para estudar e fixar conteúdos necessita de contatos presenciais.

^{3*§} Disponível em:

<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>

<http://www.educacaoadistancia.blog.br/ensino-a-distancia-e-presencial-igualdade>

Nas duas modalidades de ensino temos vantagens e desvantagens. Na modalidade presencial a relação entre aluno X aluno e aluno X professor, é de forma direta, ou seja, existe uma aproximação maior, um relacionamento mais afetivo, como também esta modalidade permite interagir com o professor de uma forma direta e é o padrão que estamos acostumados desde a nossa infância, onde muitas vezes é o professor que direciona o aprendizado. A comunicação se dá sem a utilização constante dos recursos audiovisuais. Porém nesta modalidade o local e o horário das aulas são definidos pelo professor que é o elemento controlador do processo ensino aprendizado, o que pode atrofiar o aluno, pois este depende do professor e o aluno fica passivo e limitado, ou melhor dizendo, na educação na modalidade presencial, apesar de estar disponível a quem deseja estudar, apresenta alguns empecilhos como, por exemplo, o cumprimento de horários e a frequência a um ambiente físico (sala de aula) onde se desenvolve um programa curricular, ministrado por um ou vários professores, voltado ao processo de ensino e de aprendizagem dos educandos. Mediante estas e outras condições, a Educação Presencial caracteriza-se como sendo menos flexível, principalmente, quanto ao tempo, local, etc., já que requerem do aluno, que o mesmo se desloque para o interior de uma escola regular, e que sejam cumpridos, os horários e a frequência às aulas, ignorando dessa forma, as condições que o aluno possui para participar dos referidos cursos, desta feita proporciona a evasão do aluno devido a não adequação de horário e local conveniente para ele. Já no ensino a distância é permitido estudar em sala virtual, sem limitações físicas e cronológicas, possibilitando a esses alunos a eliminação das dificuldades de acesso aos cursos, tornando-se uma educação democrática.

Na EaD, a comunicação acontece com o uso constante dos meios tecnológicos, desde o correio, o rádio, a televisão e hoje a Internet. Esta última, vem para quebrar paradigmas sobre as maneiras de se ensinar e aprender. Além disso, essa nova fase da EaD, desenha um novo perfil dos professores, que passam a ser tutores, então mediadores do conhecimento; o aluno, ganha autonomia ao ser responsável pela sua aprendizagem. O espaço que ocorre as

aulas virtuais, é chamado de AVA (ambiente virtual de aprendizagem), no qual os alunos acompanham o curso à distância, havendo uma separação física entre professor e aluno, não implicando isto uma barreira para o relacionamento professor-aluno, obedecendo a todas as etapas que o trabalho pedagógico de qualidade exige, tais como: seqüência de conteúdos, objetivos, planejamentos, encaminhamentos, avaliações, enfim, apenas posta de outra maneira.

Notadamente na educação presencial as aulas muitas vezes são prejudicadas pela precariedade em que essas se processam, seja pela escassez de recursos didáticos utilizados que não são atrativos para o aluno, seja pela forma como se dão as discussões. O professor no ensino presencial precisa dinamizar suas aulas tendo em vista as tecnologias das quais dispomos, não se pode ministrar uma aula hoje como no passado, faz-se necessário utilizar as tecnologias a favor da aprendizagem. Fato esse não verificado no ensino a distância, pela própria dinâmica que a modalidade pressupõe com ampla utilização da tecnologia associada aos recursos que a mesma propicia. Bem como, no ensino presencial verifica-se certa dependência do aluno relativo ao professor, pelo fato de ser o professor quem desenvolve a maioria das discussões no âmbito da sala de aula, ou seja, o aluno fica na maioria das vezes esperando pelas exposições que o professor fará na aula e acaba não se fundamentando na leitura dos textos dos autores indicados, tornando-o apenas ouvinte no processo. Fato esse que dificilmente verificaremos na educação a distância cuja autonomia do aluno faz-se imprescindível, de modo que o aluno é simultaneamente sujeito e objeto de sua própria formação.

Além da autonomia destaca-se que no ensino a distância há possibilidade de uma constante dialogicidade, ou seja, através das diversas ferramentas disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem (AVA): troca-se idéias, reflete-se conjuntamente, discute-se através dos chats, e dos fóruns, o que enriquece bastante o processo de aprendizagem e que também é implementado no ensino presencial, mas algumas esse processo é minimizado sobretudo pelo tempo disponível para esse momento.

Com essa metodologia de ensino, podemos fazer nosso planejamento de atividades diárias, conciliando com o nosso trabalho e ao mesmo tempo adaptando as nossas questões financeiras.

O aluno é concebido como sujeito ativo de sua aprendizagem, sendo ele capaz de organizar e produzir suas sínteses e pensamentos e aplicá-los em diferentes contextos, o que também ocorre na educação presencial.

4. A PROBLEMÁTICA DO ISOLAMENTO E DA PRESERVAÇÃO DO LOCAL DE CRIME.

Diariamente diversos órgãos de segurança pública são acionados para o atendimento em locais de crime, que requer a presença da Autoridade Policial, que requisita os peritos criminais, cada qual no desempenho de seu papel conforme a legislação em vigor. A polícia militar neste contexto, tem um grande papel, visto que na maioria dos casos é a primeira a chegar ao local do fato delituoso.

Mas verificamos que este trabalho de isolamento e preservação do local de crime, não esta tendo a devida importância, podendo ser avaliado que os motivos são diversos, partindo da falta de conhecimento, sobre os cuidados e das técnicas de como isolar o local do fato delituoso, passando pela falta de material adequado e chegando por fim aos policiais que tem conhecimento e material, mas não sabem da importância deste trabalho.

Além dos fatores acima mencionados, temos ainda a cultura do policial militar que tem sedimentado na sua ideia de que o local de crime não teria muita importância para a função policial ostensiva, pois a investigação criminal somente cabe a polícia civil e esta sim deve primar pelo local de crime.

Sabemos que o ponto fundamental e inicial de uma boa investigação criminal é sem dúvida o local de crime, que devidamente isolado e preservado irá “falar” com os peritos e os investigadores, pois como se diz na gíria policial “o local de crime fala”, é bem verdade que para que isto ocorra, temos que saber interpretar os sinais, ou seja, em um crime de homicídio o cadáver “fala” para

aqueles que realizam uma minuciosa coleta de vestígios deixados naquele local, que depois de analisados se transformam em evidências, pois agora existe uma relação deste objeto encontrado na cena do crime, com o fato delituoso, mas para que isto ocorra é necessário que realizarmos um bom isolamento e preservação deste local, pois se assim não o fizermos, fatalmente iremos perder preciosas informações que se não coletadas naquele momento e local, somente nos restará o trabalho de contabilizar os prejuízos e a impunidade irá aumentar e com ela novos crimes irão acontecer, e assim sucessivamente, chegando a uma verdadeira guerra civil e o pior é que ninguém percebe desta situação.

Partindo deste terrível quadro apresentado acima, e acreditando que ainda é possível reverter toda esta problemática, partimos do básico que ainda não se está fazendo, que é o isolamento e a preservação do local de crime, e evidente que depois iremos implementar as ações de investigações e melhores condições aos peritos, para assim conseguirmos apresentar a autoria criminal de uma forma legalista e convincente com todas as provas possíveis.

Verificamos assim que é fundamental prepararmos os profissionais de segurança pública quer sejam policiais civis, militares, guardas municipais, bombeiros militares, agentes penitenciários, ou mesmo as equipes médicas de pronto atendimento (SAMU), para que possam realizar os seus trabalhos com a mesma finalidade, ou seja, o bem da sociedade.

Mas para que isto ocorra é necessário realizarmos várias turmas da disciplina de local de crime, que se pensarmos na modalidade presencial verificaremos que é quase impossível, não somente pelo fator financeiro, mas também pela estrutura das nossas organizações, sendo assim vejo que o ensino a distância é o modelo de ensino mais indicado, não retirando o policial de suas funções, não perdendo com isto, o policiamento ostensivo, mas garantindo que este policial, no seu momento de folga, irá participar deste curso, propiciando conhecimento de isolamento e preservação de local de crime, que irá ser aplicado nas suas ocorrências.

5. PLANEJAMENTO DO CURSO.

O curso tem por objetivo instruir os profissionais de segurança pública sobre os conhecimentos de isolamento e preservação dos vestígios de local de crime.

Local do curso: Será utilizada a rede de ensino da Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Norte, no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) Moodle, tendo em vista que já ocorreram cursos de preparação de tutores para este ambiente, e atualmente temos vários profissionais treinados nesta área.

Teremos três ciclos de cursos por ano, onde serão montadas turmas de 50 alunos por sala virtual, e cada ciclo de curso é composto das fases:

- 1) Preparatória, criando condições para montarmos as turmas, onde teremos:

Inscrição dos alunos – Via internet – prazo de três dias.

Validação das inscrições - Tendo em vista o nosso público alvo ser somente agentes de segurança públicas e será necessário verificar se os inscritos atendem este pré-requisito, ao final será realizada a matrícula dos alunos inscritos e válidos, enviando a cada um mensagem informando a qual turma pertence.

Definição de tutor por turma – Vincular o tutor para cada turma.

- 2) Período de aulas – Este curso terá carga horária de 40h, de tempos referenciais ou seja, não será necessário que o aluno acesse esta quantidade de horas para que seja aprovado, teremos cinco semanas de duração e após o aluno ler os módulos e participar dos fóruns ele estará habilitado a realizar sua avaliação, e se atingir 70 pontos será considerado aprovado, caso não atinja terá uma segunda chamada, onde terá que atingir 80 pontos.
- 3) Conclusão das atividades – Nesta fase teremos o lançamento das notas realizado pelos tutores de cada turma e será gerado o certificado de conclusão do curso.
- 4) Relatório do tutor – Cada tutor fará seu relatório da turma, onde colocará os pontos positivos e negativos das atividades desenvolvidas na turma, e alguma sugestão, para isto terá um prazo de cinco dias.
- 5) Fechamento do ciclo – Realizado pelo administrador.

Carga horária:

O conteúdo programático será desenvolvido em quarenta (40) horas/aulas onde a carga horária é referencial, com cinco semanas de duração, com a obrigatoriedade de leitura por parte do aluno dos três módulos, sendo:

Módulo I – Local de crime – Conceito, definições e procedimentos básicos.

Módulo II – Tarefa dos profissionais de segurança pública no local de crime.

Módulo III – Papel do perito criminal no local de crime.

Metodologia:

O curso será constituído de aulas a distância, com um encontro presencial, para uma oficina de discussão com o grupo e uma prática de local de crime.

Clientela:

Destina-se a policiais em geral e demais profissionais do sistema de segurança pública que tenham atribuições nos locais de crime, como também outros profissionais como a imprensa e líderes comunitários.

Facilitador:

Tanto o professor como o tutor serão selecionados pela Escola de Governo do Rio Grande do Norte, por análise de currículo

Deverá contar com um tutor que tenha conhecimento na área de informática e cursos a distância.

Material didático:

Todo material didático será produzido pela Escola de Governo do Rio Grande do Norte.

Será disponibilizado ao aluno na plataforma de ensino do curso (AVA), onde teremos uma opção de impressão deste material no item de leitura dos módulos.

Resultados esperados:

Ao final do curso os alunos deverão:

- 1) Terem adquiridos conhecimento para as corretas providências nos locais de crimes, a partir de observações rigorosas da legislação processual e das melhores técnicas recomendadas;
- 2) Buscas a efetiva integração das atividades afetas aos diversos segmentos da Segurança Pública que interagem com suas tarefas nos diversos locais de crimes;
- 3) Melhoria da qualidade no tocante aos resultados das investigações criminais, buscando as informações captadas por todos os segmentos funcionais que atuam nos locais de crimes; e
- 4) Buscar a correta leitura dos vestígios encontrados na cena do crime, com objetivo de se responder quanto a autoria e materialidade criminal.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Como se pode observar, a preservação do local do crime é de suma importância para a elucidação de eventos criminosos, quanto mais quando se está diante de delitos cuja descoberta da materialidade e autoria desafia os órgãos estatais incumbidos dessa tarefa.

No âmbito da Polícia Civil, esse aspecto torna-se ainda mais relevante, vez que se trabalha com casos cuja solução demanda a análise e investigação de evidências que muitas vezes são desprezadas pelos profissionais de segurança pública que primeiro tem contato com a cena do crime, mas que pouco ou nenhuma importância dá para os objetos que são encontrados nestes locais, pois não sabem “ler” a cena do crime e acreditam que irão perder tempo e muito trabalho, para isolar um local, que não será coletado nenhum vestígio, pois como não está preparado para a investigação criminal, não tem conhecimento da importância do local de crime que é a fonte inicial da punição de um criminoso.

Em vista desses fatos, demonstro preocupação com a correta preservação do local do crime, por acreditar que passando conhecimento aos profissionais de segurança pública, iremos contribuir para elucidação dos crimes e consequentemente para a punição dos autores delitivos.

Nada obstante, o caminho a ser percorrido ainda é longo, pois não basta a preparação deste curso para fazer com que a conduta determinada pela norma seja concretizada no mundo dos fatos, sendo necessária uma atuação mais efetiva na área da segurança pública, dando condições intelectuais e materiais para que um bom trabalho seja oferecida aos nossos clientes, que é a sociedade.

É premente a capacitação e controle da atuação dos agentes envolvidos no isolamento do local do crime, como também à mudança de postura para a preservação dos vestígios deixados pela prática do delito e, assim, poder obter provas demonstrando como verdadeiramente ocorreu o crime, suscetíveis de lastrear a punição dos responsáveis.

Desta forma, busca-se também a concretização do valor da justiça com a punição dos infratores através da aplicação da lei penal, o que, em última análise, acaba por impedir tanto a injustiça quanto a impunidade, fator relevante na redução da criminalidade.

E para que seja possível reverter este quadro, em uma mudança de paradigma, somente existe uma opção, que é o ensino a distância, tendo em vista o grande número de agentes de segurança a serem treinados, a localização geográfica que eles se encontram, não sendo possível deslocá-los de suas cidades para um curso presencial, sem afetar na segurança da população em um todo e por último e não menos importante, temos ainda o fator econômico, e o Estado irá economizar muito, ou seja, o investimento financeiro será pequeno mas o retorno à sociedade e ao combate criminal será muito grande.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte geral, volume 1**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BOTELHO, Jéferson. **A necessidade de se Preservar o Local do Crime à Luz da Moderna Investigação e seus Reflexos no CPP**. Disponível em: <http://www.novacriminologia.com.br/Artigos/ArtigoLer.asp?idArtigo=2338>.

Acessado em 12 de julho de 2011.

CARVALHO, Francisco Railton Rocha. **Prova Materiais – Criminalística – Local do Crime**. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/30491475/Criminalistica-Local-de-Crime>. Acessado em: 13 de junho de 2011.

ESPINDULA, Alberi et al. **Local de Crime: isolamento e preservação, exames periciais e investigação criminal**. 2ª ed. Brasília: Alberi Espindula, 2007.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código de Processo Penal Interpretado**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 5ª ed.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

TOCCHETTO, Domingos; ESPINDULA, Alberi. **Criminalística: procedimentos e metodologias**. Porto Alegre: [s.n.], 2005.

SÊMPIO, Hélder Taborelli. **A Polícia Militar na Preservação do Local do Crime**. Cuiabá, 2003. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.mt.gov.br/arquivos/trabalhos/44Helder.pdf>. Acessado em: 11 de agosto de 2011.